

CERRADO

COMO RESTAURAR ÁREAS DESTRUÍDAS

Da cobertura original da mais rica savana do mundo só restam 54,4%, mas estão surgindo programas para salvar essa biodiversidade Por Juliana Arini



"Quemos plantar cerrado como estrelas no céu", diz Claudomiro de Almeida Côrtes, diretor de restauração e um dos fundadores da Associação Cerrado de Pé, entidade da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, que atua com coletores de sementes de árvores, ervas, arbustos e até as gramíneas, que formam as típicas veredas, símbolos desse bioma.

O grupo, formado principalmente por mulheres (77%) de comunidades de agricultores familiares e quilombolas, é um exemplo dos desafios para restaurar o que foi destruído em um dos biomas com maior passivo ambiental do país, perdendo em devastação apenas para a Mata Atlântica.

Os dados relativos à savana brasileira são preocupantes. Restam hoje 54,4% da cobertura original do Cerrado, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais. Além da grande área desmatada, outro alerta que envolve o bioma é a velocidade crescente de perda de áreas naturais. Em 2021, dados do RAD MapBiomas indicam um aumento de 20,2% no desmatamento do Cerrado ante o ano anterior. A maior área devastada de vegetação contínua no país, de 4.977 hectares, foi em uma região de Jaborandi, na Bahia.

"O maior alerta de desmatamento de todo o Brasil foi no Cerrado e grande parte dos alertas, em 98% da área desmatada, o vetor e pressão principal foi a agropecuária", afirma Julia Shimbo, ecóloga, coordenadora científica do MapBiomas e pesquisadora no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

A falta de fiscalização no Cerrado agrava a situação. "O problema é que há toda uma cadeia relacionada ao desmatamento, que agrega valor para a venda de terras. Quando não existe uma fiscalização forte, essa cadeia continua. Se a propriedade é bem manejada, não precisa desmatar. Pode-se melhorar e manejar as pastagens abandonadas no Brasil para ocupar em vez de desmatar novas áreas", diz Shimbo. A possibilidade de uso dessas áreas é ampla. O Cerrado tem 52 milhões de hectares de pastagens, dos quais 27 milhões estão degradados. Eles poderiam ser recuperados para ampliar a produção, sem necessidade de mais desmatamentos.

Segundo o MapBiomas, 98,5% do desmatamento no Cerrado tem indícios de ilegalidade. Nesses casos, pesa a falta de punição para quem pratica esse tipo de crime ambiental. "Precisamos ter maior incentivo dos órgãos para o combate do desmatamento ilegal", diz a ecóloga.

Um estudo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) mostrou que grande parte das multas aplicadas no Mato Grosso, campeão nacional de desmatamento, não foi paga. Entre 2018 e 2021, o Estado deixou de arrecadar R\$ 117,6 milhões. Ao todo, 39% dos processos administrativos tiveram a prescrição declarada, aponta o relatório *Infrações Ambientais de Mato Grosso: Violações, Multas Prescritas e Efetividade da Arrecadação*, de autoria da advogada Bruna Medeiros Bolzani para o Formad. Depois da divulgação do estudo, em julho, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) contestou o estudo, afirmando que todos os processos emitidos a partir de 2019 foram julgados e não prescreveram.

Para resolver o problema, segundo especialistas, seria importante a implementação da legislação ambiental, modificada em 2012. Desde a alteração na Lei nº 12.651, de Proteção da Vegetação Nativa, ou Código Florestal, como é conhecida, o bioma aguarda a restauração de seu passivo ambiental.

"Para estar na legalidade, hoje, o produtor precisa apenas do CAR. Recuperar áreas ainda é uma iniciativa não cobrada. No fim, a bola fica com os Estados. O produtor não vai antecipar uma ação de restauração dentro de sua propriedade sem ser cobrado", diz Laura Barcellos Antoniazzi, especialista em agricultura e sustentabilidade da Agroicone, responsável pelo estudo



Cerrado no Tocantins, bioma com 11.627 espécies de plantas

ANNA CAROLINA NEGRI / VALOR

CERRADO

Panorama da Restauração Ecológica no Matopiba e Benchmarking de Políticas Públicas.

Enquanto o Código Florestal não sai do papel, a dívida do país com o Cerrado cresce. Dados do WWF-Brasil estimam que o bioma tenha 3,7 milhões de hectares de áreas de preservação permanente (APP) degradadas, como margens de rios, veredas e nascentes. Essas áreas seriam de manutenção obrigatória por lei dentro de todas as propriedades privadas.

Um estudo da Agroicone mostra que só na região conhecida como Matopiba, que compreende áreas entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o bioma tenha um déficit de 327 mil hectares de passivos em APP e 918 mil hectares de Reserva Legal (RL), ou seja, 1,245 milhão de hectares, o equivalente a uma cidade como Manaus (AM), a segunda maior capital em área do país. “No Matopiba, a grande dificuldade é que os Estados aceitam pedidos de desmatamento em larga escala”, afirma Antoniazzi. Um dos exemplos é justamente o maior desmatamento detectado em 2021, autorizado pelos órgãos ambientais da Bahia.

Ao permitir o desmatamento do Cerrado, o país perde um gigantesco patrimônio natural. O bioma é considerado a savana mais rica do mundo. Já foram catalogadas 11.627 espécies de plantas nativas em seu território, que guarda oito das nascentes de 12 bacias hidrográficas do país. Considerado a caixa d'água do país, ao desmatar o Cerrado o Brasil também caminha para um futuro de estresse hídrico. “Essas áreas degradadas passíveis de restauração são importantíssimas, porque são as áreas verdes que devem existir para proteção de nascentes. Se seguirmos nesse caminho, podemos comprometer os recursos hídricos não só para a agricultura como também para as cidades”, diz Antoniazzi, da Agroicone,

A proposta de plantar cerrado tanto quanto existem estrelas no céu é uma das grandes agendas positivas do bioma. Coletar sementes e investir no plantio de áreas degradadas resolve duas questões-chave: geração de renda diversificada da pecuária e o retorno dos serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma. A iniciativa da Cerrado em Pé começou de forma espontânea, após a própria comunidade perceber uma intensa degradação dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás, a 260 quilômetros de Brasília.

“Foi em 2007, eu estava na brigada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que combate incêndios no parque. Parecia que estava tudo controlado, mas o fogo queimou 80% do parque. Voltamos para ver o local, porque tínhamos perdido o controle e encontramos áreas gigantescas com capins exóticos plantados e desmatadas”, diz Côrtes. Ele e um funcionário do parque decidiram recuperar a área de 600 hectares. “Em 2009, voltamos para tentar fazer alguma restauração. Coletamos 3,5 mil sementes e no começo das chuvas fomos plantar. Dois meses depois voltamos para lá e vimos que nasceu tudo. Foi uma empolgação ver que estava cheio de mudas.”



DIVULGAÇÃO

Treze anos depois, a associação tornou-se uma das maiores produtoras de mudas de cerrado. A técnica de coleta foi considerada uma das mais eficazes e baratas. Com cem famílias, com forte atuação do povo quilombola Kalunga de Goiás, a coleta de sementes é uma das fontes geradoras de renda local.

O grupo coleta cerca de cinco toneladas de sementes. A associação fornece para projetos de recuperação do bioma em todo o país, como o que aconteceu em Mariana (MG), atingida pela ruptura de uma barragem de mineração em novembro de 2015. A Caixa Econômica Federal irá apoiar o grupo e usar suas sementes para restaurar uma área de 200 hectares até 2024.

Mesmo sem a exigência legal, os programas de restauração do Cerrado crescem. O Fundo Vale e o Programa Cargill são exemplos desse tipo de regularização ambiental. Ambos também apoiam a inclusão de agricultura familiar, povos tradicionais e indígenas na restauração, diz Antoniazzi. Mas faltam caminhos que promovam o ganha-ganha na cadeia. O desafio é incorporar as áreas de agricultura familiar. A falta de uma espécie que consiga alavancar a renda é questão importante. “No Cerrado temos o baru, mas ainda é um mercado de nichos. Não tem um carro-chefe como cacau para a Mata Atlântica e a Amazônia, que pode ser consorciada com uma série de outras frutas”, diz ela.

A solução pode vir do aumento de políticas públicas, investimentos e assistência técnica. O que poderia reduzir os custos de até R\$ 30 mil por hectare com a restauração do bioma. “Assim, teremos estratégia voltada para restauração ecológica que gere renda. Um caminho é aliar o plantio de espécie de movimento de restauração agroflorestal e cerrado e produção de alimentos sobretudo em quintais e assentamentos e agricultura familiar”, diz Thiago Belote, do WWF-Brasil.

Restauração do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás